



4º Encontro Internacional de Política Social
11º Encontro Nacional de Política Social
Tema: Mobilidade do capital e barreiras às migrações:
desafios à Política Social
Vitória (ES, Brasil), 6 a 9 de junho de 2016

Eixo: Democracia, participação e movimentos sociais.

CIDADE, MOVIMENTOS SOCIAIS E SERVIÇO SOCIAL: DESAFIOS AO PROJETO ÉTICO-POLÍTICO.

Eblin Farage¹
Sabrina dos Santos Dias²

Resumo

O presente artigo busca analisar o processo de conformação das cidades capitalistas no Brasil e em específico suas transformações pós anos 90, que engendraram o processo de aprofundamento da questão social, tornando-se um espaço fundamental da luta de classes. Diante disto, pretende-se abordar como tem se colocado os movimentos de resistência da classe trabalhadora pelo direito à cidade e em que nível os assistentes sociais tem efetivamente se articulado aos processos de mobilização das classes subalternizadas. Para tal uma análise das publicações de trabalhos sobre movimentos sociais e questão urbana nos principais eventos do Serviço Social no período de 2012 a 2015 e alguns apontamentos preliminares dos desafios postos ao Projeto Ético-Político.

Palavras-chave: Cidade. Questão social. Movimentos sociais. Serviço social.

CITY, SOCIAL MOVEMENTS AND SOCIAL SERVICES: CHALLENGES TO THE ETHICAL AND POLITICAL PROJECT .

Abstract

This article seeks to analyze the forming process of capitalist cities in Brazil and in particular their post 90s transformations that engendered the process of deepening social issue , making it a key space of the class struggle . In view of this , we intend to address how has placed the class resistance movements working right to the city and at what level social workers has effectively articulated the mobilization processes of the subaltern classes. For such an analysis of the publications of works on social movements and urban issue in the main events of social work in the period 2012-2015 and some preliminary notes the challenges posed by ETIC - Political Project .

Keywords: City. Social issues. Social movements. Social servisse.

1. Introdução

O presente artigo se apresenta como resultado parcial de um projeto de pesquisa que teve início em 2015 e deverá ser concluído em 2017. A pesquisa tem por objetivo o mapeamento dos movimentos sociais urbanos da região metropolitana do Rio de Janeiro e a identificação da inserção ou não de assistentes sociais no processo de mobilização e lutas coletivas pelo direito à cidade. Além do mapeamento em loco, com entrevista de

¹ Assistente Social. Mestre e Doutora em Serviço Social. Coordenadora do Núcleo de Estudos e Pesquisas sobre Favelas e Espaços Populares (NEPFE). Professora da Escola de Serviço Social UFF. E-mail: <farage.eblin@gmail.com>.

² Graduanda em Serviço Social da UFF. Pesquisadora e bolsista PIBIC/UFF do NEPFE. E-mail: <sabrina.dossantos.dias@gmail.com>.

com lideranças e assistentes sociais (quando for o caso), a pesquisa também se propõem a mapear os estudos mais recentes dos assistentes sociais sobre a temática questão urbana- movimentos sociais, a partir do mapeamento dos trabalhos apresentados nos principais eventos nacionais que envolvem a categoria no período de 2012-2015.

Pretende-se neste artigo, demonstrar as análises iniciais sobre a relevância do debate sobre a questão social na contemporaneidade, tendo a cidade como lócus privilegiado da ação profissional e da luta de classes, responsável pela aglutinação dos principais movimentos que a partir da reivindicação do direito à cidade, lutam por direitos e ampliação de políticas públicas e sociais que atendam as demandas de amplos segmentos da classe trabalhadora.

2. A cidade como lócus do acirramento da Questão Social

As cidades, como fruto do processo de desenvolvimento capitalista, acabam por ser a expressão mais tangível do espaço urbano, tornando-se, em alguns momentos, sinônimo do urbano. Porém vale destacar, que a cidade, apesar de ser o símbolo do processo de urbanização, não representa, de forma autônoma e independente o espaço urbano. A cidade, ao se constituir de distintos territórios, passa a evidenciar a conformação desigual do espaço urbano, que se expressa não na geografia natural dos territórios, mas em suas intervenções sociais e urbanísticas.

O espaço urbano, definido por Corrêa (1995, p. 10), como o “[...] conjunto de diferentes usos da terra justapostos entre si [...]”, revela a apropriação desigual do solo - que se torna uma importante mercadoria na sociedade capitalista contemporânea - e a distribuição desigual da riqueza socialmente produzida, traduzida não apenas pelas construções imobiliárias, mas também pela distribuição dos equipamentos públicos e privados. A desigualdade gerada na apropriação e ocupação do solo urbano conforma distintos territórios na cidade, em especial a partir do processo de industrialização, que se tornou um marco no desenvolvimento da cidade.

Os territórios são espaços nos quais se desdobram as relações sociais, a partir da construção da vida cotidiana. Neste sentido, Lefebvre (2008) e Santos (2008) afirmam que o espaço é construído, não nasce pronto, acabado. E como afirma Harvey (2004), não pode ser definido apenas pelas dimensões geográficas. Os territórios se constituem a partir da dinâmica econômica e também a partir da identidade de seus moradores. Em

um movimento dialético, os territórios são construídos pelos sujeitos reais que aí se fixam, com suas identidades, valores, perspectivas. Ao mesmo tempo em que se organizam enquanto espaço, produzem novas identidades e subjetividades. Nessa perspectiva, a cidade não é e nem está estática; ao contrário, está em constante processo de mutação, na medida em que é produto e produtora de identidades, subjetividades e sentidos para a vida urbana.

Segundo Santos (2007, p. 13), “[...] o território é o lugar em que desembocam todas as ações, todas as paixões, todos os poderes, todas as forças, todas as fraquezas, isto é, onde a história do homem plenamente se realiza a partir das manifestações da sua existência”. Nesse sentido, os territórios da cidade são também fruto das disputas e das contradições próprias das relações sociais, como espaços que corporificam a existência dos sujeitos e expressam a luta de classes.

Nessa perspectiva e diante do acirramento da Questão Social e de suas expressões a cidade passa a ser o lócus central dos conflitos, é a bandeira do direito à cidade, passa a ser estratégica na contemporaneidade. Como afirma Harvey (2014, p. 15), a cidade está doente, e o anseio do direito à cidade surge das ruas, dos movimentos, como “[...] um grito de socorro e amparo de pessoas oprimidas em tempos de desespero”. Lefebvre (2008) defende a tese de que o processo de industrialização que gerou a urbanização, e que por tempos foi priorizada como a questão central no debate sociológico sobre a cidade, se desloca, na contemporaneidade, para a problemática urbana. Segundo o autor, a urbanização, rapidamente, se torna um problema maior do que a própria industrialização, trazendo contradições e consequências para a sociabilidade, já que se constitui ainda como um processo não acabado.

A cidade gradativamente passa a ser o centro do poder político e torna-se alvo de disputas, já que o capital não tem mais como prescindir de sua existência. Foco da geração de lucro, seja através da produção direta de mercadorias capitalistas, seja pela prestação de serviços e pelo comércio, a cidade vai sendo adaptada aos interesses em ebulição do capital.

Ao ser adaptado às necessidades do capital, o espaço da cidade busca também adaptar seus moradores, conformando espaços de moradia, de lazer, de cultura e de trabalho para as diferentes classes, reproduzindo a segregação social e a subalternização da classe trabalhadora.

Como afirma Harvey (2015), o capitalismo busca de forma incessante a obtenção do lucro, assim como já apontava Marx (2001). Para tal, o capitalismo precisa produzir constantemente excedentes de produção, que acabam sendo uma exigência do processo de urbanização. Assim, a produção de excedentes e a urbanização se complementam.

3. A resistência dos trabalhadores e os movimentos sociais contemporâneos na cidade

A cidade vai se conformando de forma contraditória e antagônica, na medida em que o monopólio político e econômico por determinados segmentos da burguesia significa a negação de direitos de amplos segmentos da classe trabalhadora. Além dos antagonismos, a cidade envolve polos que competem entre si, tendo como uma de suas expressões mais singulares a projeção do medo de parte dos segmentos da burguesia e da classe média em relação a segmentos da classe trabalhadora.

Na batalha pela vida e contra o *apartheid social* imposto pelo capitalismo, organiza-se a luta por moradia, saneamento, emprego, cultura, segurança, educação, saúde etc. As dimensões da vida real, vão se materializando na disputa organizada de movimentos sociais urbanos, populares, comunitários, organizações não governamentais, partidos de esquerda, além do movimento sindical e estudantil.

É com esse pano de fundo que o espaço urbano e a cidade, vão tomando lugar no debate político contemporâneo. A vida na cidade passa a ser entendida como uma questão que desperta atenção, pelo aumento da violência urbana, pelas novas e diferentes formas de organização dos trabalhadores, pela urgência de remodelamento da cidade para atender aos interesses do capital, ou ainda, pela necessidade de organizar o adensamento populacional que se intensificou nas últimas décadas.

O debate da cidade e do direito à cidade, foi sendo incorporado pelo poder público, pelos meios de comunicação, pela burguesia e por amplos segmentos da classe trabalhadora. Cada qual, sugerindo e construindo suas respostas às demandas do desenvolvimento urbano, a partir do projeto político ao qual se vinculam, mediados, que são, pelos interesses de classe.

A cidade passa a ser debatida a partir das diferentes interpretações e interesses. Para a burguesia, deve ser ordenada de forma a garantir o “desenvolvimento”, que nessa interpretação, é sinônimo de garantia ao desenvolvimento do capitalismo. À essa interpretação a imprensa agrega o discursos do medo e da violência, ratificando a

necessidade de ordenação da cidade para se garantir a paz. Os segmentos organizados dos trabalhadores pleiteiam o ordenamento da cidade, a partir de suas necessidades de vida, ou seja, reivindicando as condições básicas da vida na cidade, como saúde, educação, transporte, habitação, emprego, lazer etc. O Estado, como “comitê executivo da burguesia”, como afirmaram Marx e Engels (1997), cumpre seu papel com dupla ação, por um lado incorporando algumas reivindicações dos trabalhadores e por outro mantendo o movimento repressivo sobre qualquer organização que questione o *status quo*. Como afirmou Gramsci (2001) trabalhando com a coerção e o consenso. Forja-se um Estado capaz de, ao mesmo tempo, hegemonizar os interesses da burguesia e também incorporar algumas demandas da classe trabalhadora, compondo um cenário social propício para o desenvolvimento capitalista.

Neste processo, como forma estratégica de conciliar interesses, são instituídos espaços para se debater e pensar alternativas para a questão urbana, como os conselhos de direitos e os fóruns. Especificamente no que tange a questão urbana, os primeiros debates no Brasil para repensar o espaço urbano de forma mais integrada, remontam da década de 1960. Porém, com o golpe civil militar de 1964, as organizações coletivas foram abafadas. O debate sobre a questão urbana foi retomado nas décadas de 1970 e 1980, já com o arrefecimento da ditadura.

A partir do final da década de 1980, instaura-se uma ampla e diversificada gama de organização de trabalhadores urbanos. Surgem movimentos populares diversos, que lutam por uma bandeira específica, outros que apesar de se organizar em torno de uma bandeira específica (moradia, água, luz, transporte etc.), se caracterizam como anticapitalistas e por isso buscam uma organização nacional, que articule a luta imediata com a totalidade da vida social. Após a Constituição de 1988, impulsionado pela ânsia de participação popular e pela possibilidade constitucional de criação dos fóruns e conselhos de direitos, também surgem movimentos e organizações urbanas que passam a fazer sua trajetória, *pari passu* com a institucionalidade governamental.

Os movimentos sociais urbanos se constituem como sujeitos coletivos fundamentais no processo de luta pela democratização da sociedade e das relações sociais. Alguns se caracterizam por um perfil contestador e de enfrentamento com o instituído. Destacam-se pela organização de importantes segmentos da classe trabalhadora na luta cotidiana pela vida. Porém, vale destacar, que os movimentos sociais urbanos, não são homogêneos e guardam entre si, profundas diferenças teóricas,

políticas de táticas e estratégias. Alguns com a marca da luta classista ou institucional, outros da luta imediata e outros ainda marcados pela cooptação. Em certos momentos da luta algumas dessas características se entrelaçam, sem, contudo influir na identidade do movimento.

Entende-se que os movimentos sociais urbanos, em sua diversidade, se destacam por possuir uma ou mais das seguintes características (FARAGE, 2014, p. 251):

1) se originarem de demandas específicas; 2) se originarem fora do espaço produtivo formal, apesar de parte de seus integrantes estarem em espaços produtivos formais; 3) terem elementos da luta classista em sua formulação e organização; 4) serem autônomos em relação ao governo; 5) terem como tática a realização de ações diretas; 6) articularem em sua luta diferentes elementos da vida cotidiana na cidade; 7) posição anticapitalista; 8) estabelecerem canal de diálogo com o poder público para a garantia das demandas imediatas, 9) ação continuada, 10) possuir metodologia organizativa, entre outros.

A década de 1980 se torna um importante marco na luta pela reforma urbana. O Brasil chega ao final dessa década com cerca de 75% da população vivendo nas cidades. O crescimento populacional das cidades, não foi acompanhado do crescimento adequado de infraestrutura, recaindo sobre amplos segmentos da classe trabalhadora, péssimas condições de vida, em especial no que se refere à moradia, transporte e saneamento. O adensamento das cidades se intensifica e assim amplia-se o número de moradores em favelas, chegando a 11,4 milhões de brasileiros, 6% da população, com concentração na região sudeste, segundo os dados do Censo do IBGE de 2010.

Na busca pelo direito à cidade, e na luta por um cotidiano com direitos e condições dignas de vida, proliferam diferentes organizações, fóruns e movimentos sociais ligados à questão urbana. A intensificação do aparente caos social, que se evidencia de forma enfática nos centros urbanos e recai de forma sistemática sobre os segmentos da classe trabalhadora, também provoca reações e organização da classe. Nessa perspectiva, desde organizações pela saúde pública, movimentos sociais de formato mais clássico, como os que lutam por moradia, e movimentos ligados a temática cultural, veem ocupando as cidades brasileiras. Desde manifestações até ocupações de prédios e terrenos, as manifestações contra hegemônicas são diversas, desafiando a capacidade de articulação dos segmentos da classe trabalhadora. Muitos

desses movimentos são de base territorial limitada, restritos a uma cidade e as vezes até mesmo a um bairro ou região.

A fragmentação, própria de tempos neoliberais, acaba sendo um fator contrário a aglutinação de forças desses movimentos. Por outro lado, também contribuem, mesmo que com escopo restrito, a para a proliferação da cultura da participação e a revitalização das mobilizações sociais. Poucos são os movimentos que conseguem ter escopo nacional e se organizar em vários estados pelo Brasil, entre estes, no âmbito da questão urbana, merece destaque o Movimento dos Trabalhadores Sem Teto (MTST), que nos últimos 10 anos, veem reafirmando a bandeira do direito à cidade e intervindo concretamente na vida de milhares de trabalhadores.

Mapear esse movimentos e a relação com o Serviço Social tem sido o principal desafio da presente pesquisa, tendo como território a região metropolitana do Rio de Janeiro. Os vínculos reais entre o direito á cidade, organização dos trabalhadores, movimentos sociais e serviço social, tem sido estudada e questionada ao longo dos últimos meses. A pesquisa vem demonstrando que muito ainda é necessário avançar para que o projeto ético-político do Serviço Social ganhe vida e capilaridade no interiro da categoria profissional e contribua para a efetiva emancipação humana nos termos de Marx (2009).

Como afirma Harvey (2015, p. 24), “[...] a totalidade do sistema capitalista de acumulação infinita, assim como suas estruturas relacionadas de poder de exploração de classe e do estado, deve ser derrubada e substituída. Reinventar o direito à cidade é uma estação intermediária na estrada que conduz a esse objetivo”.

4. Serviço Social e Movimentos Sociais: desafios ao projeto ético-político

A consolidação do atual projeto ético-político do Serviço Social como hegemônico na categoria profissional não está dado, como algo inevitável. Ao contrário, trata-se de um processo em constante movimento e construção. Com o desenvolvimento da nova fase capitalista, que se inicia aqui no Brasil na década de 1990, com o neoliberalismo, novos e constantes desafios se colocam para os assistentes sociais.

O capitalismo de acumulação flexível e, como salientaram BEHRING e BOSCHETTI (2011), a contrarreforma do Estado, ou as “reformas” dirigidas para mercado sob a ideologia neoliberal, acarretaram o aprofundamento das desigualdades sociais e alterações na própria sociabilidade, que significou impasses para organização

dos trabalhadores. As dimensões do aprofundamento da crise do capital e do acirramento de suas contradições, tem se feito sentir de forma enfática na vida de amplos segmentos da classe trabalhadora, em especial para as que residem nas cidades, vivenciadas com a retração do Estado em Políticas Públicas, o aumento do desemprego e da violência, a criminalização da pobreza e a segregação social.

Nos territórios urbanos vivem hoje 84% da população brasileira, como apontou o censo demográfico de 2010 do IBGE, leia-se então que a classe trabalhadora do Brasil encontra-se hoje majoritariamente vivendo em cidades. Contudo, o aumento populacional não acarretou um desenvolvimento urbano com vistas que todos pudessem se apropriar da cidade, uma vez que ela é forjada para atender as necessidades do capital e “[...] entre o valor de troca da cidade mercadoria e o valor de uso da cidade condição necessária de vida para a classe trabalhadora, há uma profunda oposição que gera um conflito básico” HARVEY (1982 *apud* MARICATO, 2015, p. 24). Assim sendo, somente os processos de resistência da classe trabalhadora por direito à cidade podem tensionar as estruturas desta ordem, em especial aqueles com orientação anticapitalista.

Enquanto espaço de moradia e de vivência de amplos segmentos da classe trabalhadora, à cidade, deveria figurar-se como importante lócus de estudo e intervenção crítica dos assistentes sociais, em especial, a partir das reações organizadas dos trabalhadores, ou seja, dos movimentos sociais urbanos. A cidade, enquanto espaço de moradia, inclui não apenas o direito à habitação, mas também aos demais direitos que compõem a vida cotidiana digna, como saúde, educação, lazer, cultura, transporte, saneamento, segurança etc. Nessa perspectiva, o direito à cidade, constitui-se como importante elemento no processo de emancipação dos trabalhadores, nos termos de Marx (2001), como expresso no código de ética do Serviço Social.

Como a cidade é uma construção social, produto e produtora das relações sociais, é a partir dos conflitos entre as classes que vai se constituindo. Nesse sentido, o debate sobre os movimentos sociais urbanos, se faz essencial, para a construção de um projeto de sociabilidade urbana que se constitua contra-hegemônico ao imposto pelo capital.

O início do debate sobre projeto ético-político do Serviço Social data da década de 1990 e teve como marco a recusa e crítica ao conservadorismo profissional, como pontuou NETTO (1999). Contudo é necessário ressaltar que: “A categoria profissional é uma unidade não identitária, uma unidade de elementos diversos; nela estão sempre

presentes projetos individuais e societários diversos e, portanto, ela é um espaço plural do qual podem surgir projetos profissionais diferentes” (NETTO, 1999, p. 96). A hegemonia de determinado projeto profissional não significa que ele seja o único existente, nesse sentido, a categoria profissional é espaço de disputas, uma vez que os projetos profissionais significam também opção a determinado projeto societário, que não necessariamente, será a escolha de toda a categoria.

Destarte, a garantia da hegemonia do atual projeto profissional, que tem como marcos a ruptura com conservadorismo¹, vínculo real com a classe trabalhadora e o horizonte de superação desta ordem, não se dará de maneira linear. Entretanto, este nível de organização é precedido por movimentos ainda nos marcos do capitalismo, como apontava Gramsci (2000), é no interior da sociedade capitalista que irá se formar o germe de uma nova sociabilidade. Desta feita, a construção de experiências contra-hegemônicas ainda na sociedade capitalista, como os movimentos sociais urbanos, são de suma importância na disputa da cidade e para visibilizar o quanto os trabalhadores são expropriados do direito à cidade. São estes os processos de resistência nos quais o Serviço Social deveria estar associado, enquanto possíveis germes de superação deste modo de produção.

O que percebe-se, no entanto, é uma categoria profissional majoritariamente institucionalizada, pouco apropriada até mesmo do debate sobre movimentos sociais e direito à cidade. Tal assertiva pode parecer incoerente, uma vez que, o Serviço Social traz expresso no Código de Ética Profissional de 1993 entre os seus princípios fundamentais: “*Opção por um projeto profissional vinculado ao processo de construção de uma nova ordem societária, sem dominação/exploração de classe, etnia e gênero;*” e “*Articulação com os movimentos de outras categorias profissionais que partilhem dos princípios deste Código e com a luta geral dos trabalhadores;*” . Ainda nos instrumentos normativos da profissão, na Lei nº8662 de 1993, que Regulamenta o Serviço Social, no seu artigo 4º expressa-se:

Art. 4º Constituem competências do Assistente Social:

I- elaborar, implementar, executar e avaliar políticas sociais junto a órgãos da administração pública, direta ou indireta, empresas, entidades e organizações populares; ³[...]

1 O projeto profissional traz uma intenção de ruptura com o conservadorismo, entretanto, como já salientado a categoria não é homogênea. O que significa que existe ainda hoje perspectiva conservadoras e neoconservadoras em disputa com o projeto ético-político hegemônico.

2 Núcleo de Estudos e Pesquisas Sobre Favelas e Espaços Populares, vinculado à UFF.

IX - prestar assessoria e apoio aos movimentos sociais em matéria relacionada às políticas sociais, no exercício e na defesa dos direitos civis, políticos e sociais da coletividade;

Para comprovação desta hipótese, foi realizada uma análise dos trabalhos apresentados na modalidade de comunicação oral de quatro eventos nacionais que envolvem a área de Serviço Social: Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais (CBAS), Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social (ENPESS), Encontro Nacional de Política Social (ENPS) e Jornada Internacional de Políticas Públicas (JOINPP). O recorte temporal escolhido foi o período de 2012 à 2015, justificado por três razões. A primeira é que este trabalho é a conclusão de etapa preliminar de uma pesquisa realizada pelo NEPFE- UFF² e a segunda tem relação com as alterações do capitalismo e da gestão das cidades na última década que podem ser percebidas de forma intensa nesses últimos anos, e por último apresenta-se as manifestações de 2013 como um marco por trazer as lutas urbanas à visibilidade³. Estes pontos poderiam ter sido motor de maior aproximação e consequente produção teórica dos assistentes sociais acerca dos movimentos sociais e direito à cidade, entretanto, não foram. Selecionamos para esta pesquisa eixos temáticos que abordassem movimentos sociais, lutas sociais e questão urbana.

O CBAS traz onze eixos, sendo dois destes sobre os temas aqui debatidos: Movimentos, Lutas Sociais e Organização Política da Classe Trabalhadora, e Questão urbana, agrária e ambiental- ênfase em questão urbana. Este evento é trienal e ocorreu apenas do ano de 2013, onde 872 trabalhos foram aprovados, sobre a temática de movimentos sociais foram 48 trabalhos e 39 sobre questão urbana.

O ENPESS, entretanto, aconteceu nos anos de 2012 e 2014, e possui seis eixos temáticos, dos quais dois se encaixam no tema em tela: Movimentos Sociais e Serviço Social e Questão urbana, agrária e ambiental- ênfase na questão urbana. No primeiro ano, 798 trabalhos foram aprovados e no segundo 940. Sobre movimentos sociais, foram 56 em 2012 e 44 em 2014; já sobre direito a cidade houve 37 trabalhos em 2012 e 31 em 2014.

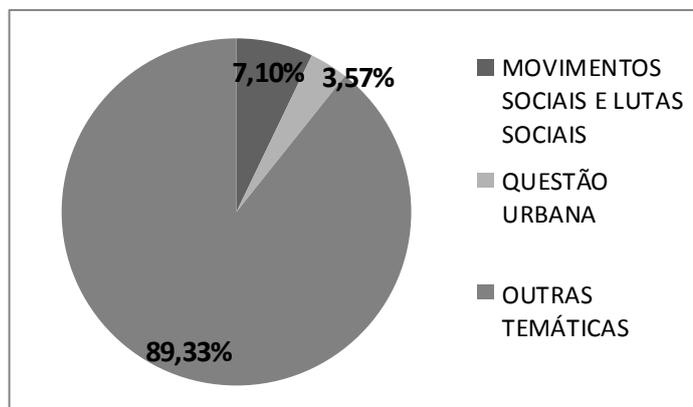
³Tais manifestações são passíveis de diversas problematizações, como o fato de não terem conseguido se reverberar em lutas organizadas a longo prazo. Entretanto foram movimentos massificados de insatisfação com as condições de vida impostas pelo capitalismo e que deram visibilidade para questões centrais sobre a questão urbana.

A JOINPP aconteceu em 2013 e possui 16 eixos temáticos, destes também dois discutem as questões abordadas neste trabalho: Estado, Lutas Sociais e Políticas Públicas, e Questão Urbana e Gestão das Cidades. Obteve neste ano, 909 trabalhos aprovados, sendo destes 85 sobre movimentos sociais e apenas 28 sobre questão urbana; e em 2015 tendo 723 trabalhos e 54 e 23 sobre movimentos sociais e questão urbana, respectivamente.

Por fim o ENPS, que ocorre anualmente teve então quatro edições nesse recorte de tempo e os eixos que discutem os temas abordados para esse levantamento são: Democracia, participação e movimentos sociais, e questão urbana, agrária e ambiental (foram selecionados apenas os trabalhos sobre questão urbana). Em 2012 foram 102 trabalhos, sendo 20 no eixo sobre movimentos sociais e 4 sobre questão urbana; no ano seguinte foram 101 trabalhos aprovados, destes 10 estavam no eixo de movimentos sociais e apenas um tratava especificamente sobre questão urbana; no ano de 2014 foram 287 trabalhos, com 25 sobre movimentos sociais e 10 sobre questão urbana; a última edição do evento contou com 135 trabalhos aprovados, mas apenas 11 no eixo sobre participação e movimentos sociais e 4 sobre questão urbana.

As proporções entre trabalhos aprovados e trabalhos nas temáticas debatidas em tela são alarmantes. Nestes quatro anos a somatória de todos os trabalhos aprovados é de 4954, em contrapartida apenas 353 tratam de movimentos sociais e 177 sobre questão urbana, totalizando 10,67% dos trabalhos apresentados.

PORCENTAGEM DO TOTAL DE TRABALHOS APRESENTADOS NO ENPESS, CBAS, ENPS E JOINPP DE 2012 À 2014



Vale destacar, que entre os trabalhos apresentados nos eixos temáticos movimentos sociais e questão urbana, apenas uma parte trata diretamente dos sujeitos sociais

organizados nos movimentos sociais ou vítimas e sujeitos da questão urbana, ou seja, apenas uma parte trata dos trabalhadores, tendo a grande maioria uma abordagem teórica genérica sobre a temática, sem pesquisas empíricas e sem vínculos reais com os sujeitos. Esses dados serão trabalhados em uma segunda fase da atual pesquisa, à ser desenvolvida ao longo de 2016. Outro elemento que também será objeto da pesquisa na segunda fase, mas que já se apresenta como característico, é o fato de parte dos trabalhos apresentados no eixo de movimentos sociais, se referir a trabalhos de assistentes sociais inseridos em conselhos de direitos, em sua maioria, representando o poder público. O que *a priori* aponta para a possibilidade de um processo de institucionalização da luta por direitos, que tende a esvaziar os movimentos sociais de cunho reivindicatório diante do poder público.

Torna-se evidente, a partir do exposto, que os assistentes sociais estão apartados de uma real aproximação com a classe trabalhadora. Uma hipótese explicativa é que os movimentos sociais não constituem um campo sócio ocupacional destes profissionais e, por consequência, não existe aproximação da categoria como um todo. Quanto às discussões de direito à cidade pode-se inferir que estas também não estão presentes nos debates institucionais, uma vez que, em geral, as instituições empregadoras partem de uma concepção de cidade hegemônica, sob a ótica burguesa. Todavia, não pode-se isentar as universidades de responsabilidade, pois os debates sobre estas temáticas ainda são ínfimos desde a formação profissional.

O assistente social é um trabalhador assalariado e precisa vender a sua força de trabalho, deste modo, uma atuação de forte cunho institucional pode ser compreendida. Contudo, limitar-se a essa esfera é uma questão a ser problematizada. A aproximação real com as lutas da classe trabalhadora é fundamental, pois, em dois sentidos: para fortalecer o projeto ético-político profissional que tem como pressuposto esta articulação; e pelos ganhos da classe trabalhadora em si, pois, é frequente que os assistentes sociais tratem a classe trabalhadora com externalidade, como se não fizesse parte dela, sinaliza RAICHELIS (2011).

Conforme DURIGUETTO (2014), uma estratégia do Serviço Social para enfrentar esta ofensiva do capital a classe trabalhadora seria exatamente as intervenções nos processos organizativos e de mobilização popular. Esse tipo de atuação profissional possibilita revigorar o projeto ético-político, mas também a criação de novas formas do próprio fazer profissional, até agora incipientes. Uma vez que, o Estado tem se retirado

cada vez mais do seu papel de provedor da proteção social, pensar o Serviço Social para além das instituições tradicionais torna-se imperativo.

FARAGE (2014) ressalta que os assistentes sociais devem ter uma inserção nos movimentos sociais que avance para além do discurso, pois é fundamental direcionar a intervenção profissional tanto nos espaços institucionais como nos espaços autônomos de organização.

O empenho em construir uma nova sociedade só pode ser real, avançar da retórica, se houver profunda articulação com os movimentos de resistência da classe trabalhadora, em especial, com os movimentos sociais. Pois, não há outra forma de destruir esta sociedade, do que pela luta revolucionária da classe historicamente explorada no capitalismo.

5. Considerações Finais

O presente artigo apresenta-se como uma sistematização preliminar sobre os vínculos possíveis e necessários entre serviço social- movimentos sociais- direito à cidade – projeto ético-político. Articulação necessária e fundamental para efetivação de nossa ação profissional, pautada no projeto ético político e no desafio de nossa categoria de dar capilaridade aos princípios fundamentais de nossa profissão, quais sejam, os de contribuir para a emancipação humana e para a organização dos movimentos sociais, tendo como horizonte a superar da ordem do capital.

Para a superação da sociabilidade imposta pelo capitalismo, é fundamental que criemos espaços de construção contra-hegemônica, que passam, nos termos da teoria crítica, pela organização de amplos segmentos da classe trabalhadora, que na contemporaneidade se concentram nas áreas urbanas de nosso país.

6. Referências

BEHRING, Elaine Rossetti; BOSCHETTI, Ivanete. **Política social: fundamentos e história**. São Paulo: Cortez, 2011.

BRASIL. Presidência da República. Lei nº 8.662 d3 1993- **Lei de Regulamentação do Serviço Social**. Brasília (DF), 1993.

CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL. Código de Ética do Assistente Social. Brasília, 1993.

DURIGUETTO, Maria Lúcia. Movimentos Sociais e Serviço Social no Brasil pós 1990. In: **Movimentos Sociais e Serviço Social: uma relação necessária**. São Paulo: Cortez, 2014.

FARAGE, Eblin Joseph. Experiências Profissionais do Serviço Social nos Movimentos Sociais Urbanos. In: **MOVIMENTOS Sociais e Serviço Social: uma relação necessária**. São Paulo: Cortez, 2014.

FARAGE, Eblin Joseph. Experiências profissionais do Serviço Social nos movimentos sociais urbanos *In: ABRAMIDES, Maria Beatriz e DURIGUETTO, Maria Lúcia (Orgs.). Movimentos Sociais e Serviço Social: uma relação necessária*. São Paulo: Cortez, 2014.

GRAMSCI, Antonio. **Maquiavel**: notas sobre o Estado e a Política - Cadernos do Cárcere. Vol. 3. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

MARX, Karl. **O Capital**: crítica da Economia Política. livro 1, Vol. 1 e 2, livro 2. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

MARX, Karl. **A ideologia alemã**. São Paulo: Expressão Popular, 2009.

MARICATO, Erminia. **Para entender a Crise Urbana**. São Paulo: Expressão Popular, 2015.

NETTO, José Paulo. A construção do projeto ético-político do Serviço Social frente à crise contemporânea. *In: CFESS/ABEPSS; CEAD/UnB (Org.). Crise contemporânea, questão social e Serviço Social*. Capacitação em Serviço Social e política social. Brasília: CEAD/UnB, 1999.

RAICHELIS, Raquel. O assistente social como trabalhador assalariado: desafios frente a violação d seus direitos. **Revista Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, n.107, jul./set.2011.

.